
Benevolência trágica: o conto de uma casa brasileira

*Tragic benevolence: the tale of a
Brazilian house*

Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2021.n45a440>

RESUMO

O artigo propõe pensar as criadas, ou empregadas domésticas, representadas na Literatura Brasileira a partir de exemplos extraídos de textos contemporâneos em perspectiva comparada com a pesquisa da coleção *Retalhos* e o conto *O filho da Gabriela*, ambos de Afonso Henriques Lima Barreto (1881-1922). Entre as questões em debate, estão a tensão casa e rua, a ambiguidade entre benevolência e domínio, junto à interseccionalidade de raça, gênero e classe na elaboração das personagens femininas. Todos temas presentes no conto, gênero que permite contar a trama intrincada da cultura brasileira enquanto relata a história de uma criada e seu filho.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho doméstico; Lima Barreto; conto; casa; rua.

ABSTRACT

The article proposes to think of the maids, and/or maids, represented in the Brazilian Literature from examples taken from contemporary chosen texts in perspective compared to the research of the collection *Retalhos* and the short story *O filho da Gabriela*, both by Afonso Henriques Lima Barreto (1881-1922). Issues under discussion include the tension between

home and street, ambiguity around benevolence and dominance among with the intersectionality of race, gender, and class in the elaboration of female characters. All themes presented in the tale, genre that allows telling the intricate plot of Brazilian culture while narrating the story of a maid and her son.

KEYWORDS: domestic work; Lima Barreto; tale; home; street.

Tratar do serviço doméstico na cultura brasileira é questão fascinante, difícil e escorregadia porque está presente em muitas obras literárias e em diferentes momentos de nossa história. São muitas as personagens descritas pelos narradores e narradoras, muitas vezes numa perspectiva exterior que pouco permite aprofundar a percepção da figura humana e suas tensões íntimas. Representam figuras inviabilizadas na sociedade e as páginas literárias apresentam-nas com um olhar que as observa, de fora, na sua insignificância trágica.

É assim com a personagem Das Dores, do romance *A vida invisível de Eurídice Gusmão* (2016), de Martha Batalha, que narra a trajetória de Eurídice e Guida, duas irmãs cuja vida e sonhos foram cortados pelo braço forte do patriarcado. Curiosamente, a mesma Eurídice, tão cerceada em seus desejos, mal enxerga Das Dores — a empregada da família —, que há anos sujeita-se a muitas horas de trabalho exaustivo depois de longos períodos de transporte precário, filhos para criar sozinha, sem usufruir em toda a vida pessoal de sinais de respeito e afeto. No trabalho, ainda aceita servir à iniciação sexual do filho de Eurídice. Afinal, assédio sexual dos rapazes de classe média às domésticas era naturalizado pelas famílias. Por meio do discurso indireto, o leitor pode saber melhor o que se passa entre Das Dores e o filho de Eurídice. “Olha que seu pai vai descobrir, Das Dores dizia enquanto Afonso levantava as calças. Vai nada, e se descobrir você perde o emprego” (BATALHA, 2016, p. 134).

Das Dores naturaliza o assédio, a chantagem, a humilhação. Considera tudo válido desde que pudesse ver o filho estudar “para não ser malandro como o pai” e economizar para pagar as prestações de um túmulo no cemitério do Caju, Rio de Janeiro, pois “a vida não tinha lhe sorrido, mas ela faria a morte lhe tratar melhor” (BATALHA, 2016, p. 134). A narradora, por fim, permite sabermos um pouco mais (e será tudo) sobre a personagem.

Para Das Dores uma saia levantada a mais ou a menos não fazia muita diferença, que mal havia em aliviar as angústias do menino? Ruim foi a sua primeira vez, porque aos treze anos não sabia de muito e tentou resistir, voltando para casa com manchas de sangue que não eram apenas pelo fim da virgindade (BATALHA, 2016, p. 134).

Como um móvel velho na casa, quando não podia oferecer seus serviços com o mesmo vigor “porque as pernas lhe doíam”, Das Dores é descartada. “Antenor e Eurídice não podiam ter em casa uma empregada que não conseguisse limpar em cima da geladeira (...). Das Dores sumiu no mundo, tão quietinha como sempre viveu na casa dos seus patrões” (BATALHA, 2016, p. 185).

Numa perspectiva diferente, Conceição Evaristo traz, na coletânea de contos *Olhos d'água*, uma galeria de mulheres de perfil afro-brasileiro em meio à violência urbana e à pobreza. Entre elas está Maria, a personagem que dá nome ao conto aqui apresentado e que encontramos num ponto de ônibus, na volta do trabalho. “Ela levava para casa os restos. O osso do pernil frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso, a patroa ia jogar fora. Estava feliz, apesar do cansaço” (EVARISTO, 2016, p. 39).

A gorjeta veio a tempo. Ajudaria a comprar xarope para os dois filhos menores, “uma lata de Toddy” e já imaginava se os filhos gostariam de melão, fruta que nunca haviam provado e estava entre as

doações da patroa. No entanto, o ônibus é assaltado e Maria reconhece um dos assaltantes — o pai de um de seus filhos, que lhe cochicha saudoso ao ouvido: “Sabe que sinto muita falta de você?” (EVARISTO, 2016, p. 40). Findo o assalto, os passageiros refeitos lembram da conversa breve de um dos assaltantes com Maria. Pensando ser ela uma cúmplice, sentenciam: “Lincha! Lincha!”. Quando o ônibus esvazia, “o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado” (EVARISTO, 2016, p. 42). Maria é morta sem realizar o desejo de “dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho” (EVARISTO, 2016, p. 42). O conto de Conceição Evaristo realiza o melhor do gênero — “há algo no final que estava na origem, e a arte de narrar consiste em postergá-lo, mantê-lo em segredo, até revelá-lo quando ninguém espera” (PIGLIA, 2004, p. 106).

Em ambos os casos, as narradoras permitem que ouçamos as suas angústias, dores e sonhos. Ao mesmo tempo, as personagens não desenvolvem, com profundidade, uma reflexão sobre sua condição de cidadania e humanidade tolhidas. Sobrevivem.

Observar a vida dos trabalhadores e trabalhadoras domésticos é aprofundar as tensões entre o poder patriarcal, autoritário e violento, alicerçado na sociedade escravocrata, e os pobres (sobretudo as mulheres pobres) que atravessam as demais relações sociais na cultura brasileira. O escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) criou várias estratégias para tratar dessa questão. Primeiro como colecionador e pesquisador; depois como ficcionista. Na configuração de suas personagens, provoca os leitores com a questão: qual o impacto da tomada de consciência por sujeitos cujas identidades são negadas, seus desejos reprimidos, vozes silenciadas, corpos e sonhos oprimidos? É possível imaginar outra existência e/ou reagir à opressão? Com quais meios?

O colecionador de retalhos, o contista e o trabalho doméstico

Um lado menos conhecido de Lima Barreto é o de pesquisador e estudioso com um método peculiar: colecionar “retalhos”, ou recortes de jornais. Não cansa de repetir em inúmeras situações: “O jornal é uma fonte de estudos para mim” (BARRETO, 1956a, p. 249). Os *Retalhos* (cadernos com recortes de jornais) são, para o escritor, um método de pesquisa e criação. Funcionam como estratégias de conhecimento, tanto pelo conteúdo que carregam quanto por seu visual, de aspecto envelhecido e anacrônico. Próximos do lixo, tornam-se vestígio e memória. Deles podem ser apreendidas imagens e situações culturais das primeiras décadas do século XX. Servem a Lima Barreto como observatório peculiar dos fazeres cotidianos (NEGREIROS, 2019). Os *Retalhos* e suas notas, foram reunidos e publicados, parcialmente, por Francisco de Assis Barbosa no volume *Diário Íntimo*.

Entre os cadernos da coleção *Retalhos* de Lima Barreto arquivados na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, encontra-se uma longa tira de jornal, acompanhada da observação: “É um estudo que me tenta o do serviço doméstico entre nós. Em geral as pessoas se queixam dos criados e eu sempre objetei que os criados têm razão contra os patrões e os patrões contra os criados” (BARRETO, 1956b, p. 75). Após a observação, a notícia é transcrita no *Diário Íntimo*, sem a informação de que se trata de uma notícia de jornal, recortada e colada pelo escritor em um de seus cadernos. A notícia, extensa, é antecedida por este comentário do escritor: “Com frequência, os jornais traziam casos desses. Às vezes era uma pretinha, outras era já uma rapariga. Davam-se em casas da pequena burguesia, dessa que se quer fazer de grande, etc. etc.”. Relata a notícia

Três anos de martírios. Surras diárias.

Há três anos, mais ou menos, chegou a esta capital, vinda do interior de um dos Estados vizinhos a menor Claudomira, de 20 anos de idade, indo para a casa de uma família residente à Rua Nora nº 2-D.

Durante algum tempo foi essa moça tratada relativamente bem, pois, no desempenho de suas ocupações, que era a de criada, se houve com geral agrado de todos.

(...) Não lhe valeu o esforço sobre-humano que empregava para libertar-se da pesada tarefa que lhe era dada nos vários serviços da casa, onde sem causa que tal justifique, lhe aplicam o mais terrível castigo: o açoite!

Tudo tem suportado essa desgraçada.

(...) Impedida de sair à rua, desde que aqui chegou, vive essa desventurada sob o jugo dos seus verdugos.

De tudo a vizinhança sabe.

Desde as primeiras horas da manhã, já se ouve, como fúnebre matina, as lúgubres pancadas do açoite!

E essa infeliz não grita: lamentos abafados, soluços de dor, essa macabra confusão com a voz do algoz, enchem de pavor a vizinhança.

É chegado o momento de redenção que terá lugar com a intervenção da polícia da 15ª Circunscrição (BARRETO, 1956b, p. 75).

Tem razão o escritor carioca ao afirmar que, com frequência, os jornais trazem casos semelhantes. Fato que podemos observar até hoje. Em novembro de 2020, os jornais noticiaram o caso de uma mulher negra, de 46 anos, que desde os oito vivia em condições análogas à da escravidão, explorada por uma família de Patos de Minas, MG. Além de não receber salário, vivia reclusa, sob a vigi-

lância dos patrões. Foi libertada por auditores fiscais do trabalho e pela Polícia Federal.¹

Tomar os jornais como referência é caro à produção literária de Lima Barreto. Observa-se, ainda, uma trajetória de leitor, pesquisador de várias fontes, crítico das manifestações culturais e literárias atento à efervescência da *Belle Époque* e conhecedor profundo das tensões da tradição e dos marcos da memória. Podemos encontrar em suas crônicas formatos diversos sobre o tema, desde a criação de personagens que transformam o leitor em parceiro de conversa até o relato detalhado e crítico de notícias e matérias lidas nos diferentes periódicos (NEGREIROS, 2019). Interessa-nos, aqui, como se transfigura a questão do serviço doméstico num dos seus mais interessantes contos, o pouco conhecido *O filho da Gabriela*. Nele, há aprofundamento de questões que tensionam a relação patrões/patroas e criados/as sob uma perspectiva que avança reflexões sobre o tema. Pode o subalterno adquirir consciência crítica acerca de sua condição e ter voz? O que acontece a seus descendentes diretos que, por alguma benevolência dos patrões ou patroas, conseguem relativa melhoria pela oportunidade de estudar e se descobrem rejeitados pelo mesmo sistema que aprenderam a assimilar?

¹ Ver em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/mulher-e-libertada-em-mg-apos-38-anos-vivendo-em-condicoes-analogas-a-escravidao.ghtml>. Soube-se, posteriormente, que ela havia sido induzida a se casar com um idoso da família, de 80 anos, para garantir a manutenção de uma pensão de oito mil reais mensais. Dinheiro do qual ela nunca usufruiu, sendo utilizado pela família para gastos com a educação das filhas em universidades particulares, como pode ser visto em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/01/03/mpt-familia-manteve-mulher-escrava-e-usou-renda-dela-em-faculdade-e-imovel.htm>. Além disso, descobriu-se que a irmã gêmea da vítima também viveu por longo tempo em condições semelhantes com outra família. Ambas foram recolhidas por tais famílias com apenas oito anos de idade, conforme relatado em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/12/27/irma-de-madalena-tambem-passou-por-condicoes-analogas-a-escravidao.htm>.

Sua estrutura física e psicológica corre o risco de desmoronar ou não? Poderão tomar consciência, rapidamente, de outra possibilidade de existir? Questões complexas que pedem, primeiro, uma breve abordagem histórica.

Perto de 1870, já predominavam as mulheres livres entre as criadas empregadas na cidade do Rio de Janeiro. O pagamento pelos serviços, na maioria dos casos, consistia em oferecer algum parco salário ou, em seu lugar, comida, moradia, roupas e, para menores entre dez e doze anos, as patroas ensinavam costura e a prática dos serviços domésticos em geral. A função exercida determinava o local de trabalho. A ama de leite, a mucama, a cozinheira e a costureira prestavam serviço no espaço interno da casa, enquanto lavadeiras, carregadoras de água, as que faziam compras diárias nos mercados (não havia como armazenar os alimentos por muito tempo) ou vendedoras trabalhavam enfrentando o burburinho, o medo e os ventos de liberdade das ruas. Essa divisão de trabalho denuncia a tensão entre a casa, espaço da lei e da ordem do patriarcado, e as ruas, tidas como o espaço da desordem, do risco, com uma linguagem provocativa sexual e, por vezes, agressiva. “Estar na rua sem uma companhia adequada era suficiente para levantar suspeitas sobre a intenção de uma mulher e sua moral” (GRAHAM, 1992, p. 60). Mas a rua era também o espaço para compartilhar experiências, conversas, amores durante atividades como a lavagem de roupas nos chafarizes públicos ou estendendo as roupas para quicar ao sol sobre a grama rala, em moitas ou varais esticados entre as árvores. Nesses locais, as criadas viviam-se da oferta ambivalente de proteção, vinda dos limites da casa, que significava controle sobre a vida pessoal e seus corpos. O mundo da rua era compartilhado entre escravas, ex-escravas, mulheres livres, brasileiras ou não, espaço dividido com homens pobres da rua, dos cortiços, das favelas que se formavam nos morros da cidade.

Nas primeiras décadas do século XX, a tecnologia levou água encanada para as casas e, nos subúrbios e na zona sul, habitações maio-

res permitiam a lavagem de roupas no interior das residências, reduzindo as possibilidades de as criadas escaparem para os espaços abertos das ruas. A precária estabilidade oferecida pelas casas de família tornava a maioria das criadas vulneráveis às doenças advindas da extrema pobreza, nutrição insuficiente, desamparo, habitações úmidas e insalubres. Havia, ainda, impossibilidade de controlar as circunstâncias de suas vidas, especialmente quanto a gravidezes, e o cuidado com os filhos que precisavam acompanhar as mães no serviço, quando os patrões permitiam. Com muita dificuldade, as criadas conseguiram ter um espaço, precário, para onde voltar depois do trabalho ao menos uma vez por semana, pois havia a possibilidade de negociar não dormir no emprego. Mas a “aflição, a presença constante da doença ou a tensão variável de enfrentar os problemas diários com poucos recursos materiais tornavam os sentimentos de insegurança e apreensão reações inevitáveis entre as criadas e os pobres” (GRAHAM, 1992, p. 102).

O conto *O filho da Gabriela*, de Lima Barreto, escrito em 1906, se inicia com um diálogo tenso entre a patroa e a criada, que logo configura a ambiguidade entre abandono e proteção, direito e desigualdade social, sensibilidade e indiferença. Ao pedir mais uma vez para faltar ao serviço por ter de levar um filho doente ao médico, diante da negativa da patroa, Gabriela rebela-se:

— Absolutamente não pode continuar assim... Já passa... É todo dia... Arre!

— Mas é meu filho minh'ama.

— E que tem isso? Os filhos de vocês agora têm tanto luxo. Antigamente criavam-se à toa; hoje é um deus-nos-acuda; exigem cuidados, têm moléstias... Fique sabendo: não pode ir amanhã!

— Ele vai melhorando, dona Laura; e o doutor disse que não deixasse de levá-lo lá amanhã...

— Não pode, não pode, já lhe disse! O conselheiro precisa chegar cedo à escola; há exames e tem que almoçar cedo... Não vai, não vai, não vai, não vai! A gente tem criados pra quê? Não vai, não!

— Vou, e vou sim!...Que bobagem!...Quer matar o pequeno, não é? Pois sim... está se “ninando”...

— O que é que você disse, hein?

— É isso mesmo: vou e vou!

— Atrevida!

— Atrevida é você sua...Pensa que não sei... (BARRETO, 1956c, p. 209).

A patroa mais jovem, sem filhos, repleta de decepções matrimoniais (o marido de mais de sessenta anos “que se casara por necessidade decorativa”), amantes de ocasião, todas as “amarguras de seu ideal amoroso, fatalidades de temperamento, todo aquele obscuro drama de sua alma feito de uma porção de coisas que não chegava bem a colher, mas nas malhas das quais se sentia presa e sacudida, subiu-lhe de repente à consciência, e ela chorou” (BARRETO, 1956c, p. 210). Sem perspectiva maniqueísta, redutora e dicotômica, o narrador aproxima as duas mulheres na sua dor e incompreensão dos laços e tensões culturais em que estão enredadas.

E ambas, pelo fim dessa transfiguração inopinada, entreolharam-se surpreendidas, pensando que se acabavam de conhecer naquele instante, tendo até ali vagas notícias uma da outra, como se vivessem longe, tão longe, que só agora haviam distinguido bem nitidamente o tom de voz próprio a cada uma delas.

No entendimento peculiar de uma e de outra, sentiram-se irmãs na desoladora mesquinhez da nossa natureza e iguais, como frágeis consequências de um misterioso encadear de acontecimentos, cuja ligação e fim lhes escapavam completamente, inteiramente... (BARRETO, 1956c, p. 210).

Depois do acontecido, Gabriela decide não ficar no trabalho, apesar do apelo de “dona Laura”. Após a Abolição, escolher não trabalhar ou como trabalhar, era opção, ainda que difícil devido ao embate entre as exigências e cobranças, baixos salários, impossibilidade de trabalhar perto do filho. Hospedada em casa de uma conhecida da mãe, Gabriela deixa o filho sujeito aos maus-tratos e abandono dali para correr a cidade à procura de aluguel barato e emprego. “Um dia pelos outros, chegava em casa semiembriagada, escorraçando o filho e trazendo algum dinheiro. Não confessava a ninguém a origem dele; em outros mal entrava, beijava muito o pequeno, abraçava-o. E assim corria a cidade” (BARRETO, 1956c, p.211). Cidade que se modificara, muito.

Viver na capital federal vira experiência intensa nas primeiras décadas do século XX. A cidade se tornou espelho dos projetos político-pedagógicos liderados por médicos, engenheiros e educadores para traçar nela a linha reta, arborizada e limpa na direção do tão propagado progresso. As reformas urbanas entre os anos de 1903-1906, promovidas por Pereira Passos, prefeito, e Rodrigues Alves, presidente, transformaram vielas, becos, ruas estreitas e prédios coloniais em ruínas. A reforma do porto e a abertura das avenidas — do Cais, do Mangue e a Central — tinham como meta a velocidade e a circulação de mercadorias, produzindo a desapropriação maciça no centro da cidade. A reforma urbana traduz a intenção de reforma social que projeta nos símbolos do passado da cidade e do país a inércia, o atraso, a doença, o feio. As reformas propõem “a utopia do novo tipificada por quatro ideias básicas: retilinidade, uniformidade, proporcionalidade, visibilidade” (FABRIS, 2000, p. 44). Seus efeitos para a sobrevivência dos cidadãos mais pobres são tema frequente nas crônicas de Lima Barreto, publicadas em diferentes periódicos, sobretudo a especulação financeira, a carestia, a inflação que impossibilitava a moradia no centro da cidade e bairros adjacentes, empurrando a população para os morros. As ruas e avenidas ocupadas por grande quan-

tidade de vendedores ambulantes, artistas mambembes, pequenos jornaleiros, capoeiras, prostitutas, variadas oficinas artesanais e ainda quiosques — que vendiam de roupas a bilhetes de loteria — alimentam o medo urbano mesclado ao fascínio pelo luxo de vitrines, automóveis e a moda projetada nos corpos em desfile. A tensão só aumenta com a forte crise de habitação na mistura perversa de baixos salários e aluguéis caros.

Nesse contexto, é preciso compreender a vida privada das criadas, as horas de diversão nas festas, esquinas e botequins, a alegria dos dias de carnaval, “momentos relevantes para configurar uma individualidade entre iguais e longe da presença desigual e vigilante dos patrões” (GRAHAM, 1992, p. 103). Afinal, numa cultura marcada pela escravidão cujos traços trágicos e violentos permeiam as relações entre patrões e criados, a festa, a dança, os terreiros, o desejo de ter uma vida própria, de dormir fora do emprego, de escapar do controle e até de relações ameaçadoras e maus-tratos representam “formas de superação da escassez e desencanto” e as ruas tornam-se “espaço de subversão das cidadanias negadas” (SIMAS, 2020, p. 122). Assim, a luta diária de uma criada para ter uma vida independente, dormir fora da casa dos patrões, ainda que em um cômodo alugado, seria também uma forma de luta para escapar ao assédio moral e sexual (as relações sexuais entre patrões e criadas eram toleradas, desde que não expostas ou trouxessem ameaça ao patrimônio com herdeiros indesejáveis) ou até de agressões físicas. Estar na rua, para a personagem Gabriela, é também forma de resistência e negociação, nem sempre bem-sucedida.

Para a elite política e econômica, os males do Brasil estavam nas classes populares; suas tradições, crenças, cores e faces mostravam a descendência de escravos abandonados à própria sorte nas terras do interior ou deambulando em busca de sobrevivência nas periferias das cidades. Seus hábitos e costumes foram considerados “incivilizados”, motivo de forte repressão policial. As doenças, resultantes

das más condições de alimentação e moradia, tornam-se de imediato, para a elite, o grande obstáculo que impedia o país de trilhar a via do progresso, fazendo-a abrir caminho ao sanitarismo comandado pelos médicos. A higiene seria instrumento de reforma social e moral do país. O discurso médico apresentava a proposta de intervenção biológica e, por meio da regeneração física e moral do indivíduo, promover a normalização do corpo social. Assumiu, também, a liderança para dirigir e normalizar a vida social e, com essa prática, o “Estado republicano decreta o fim da autonomia da família” e sinaliza para uma “intervenção social intensa, autoritária e sem fronteiras (HERSCHMANN, 1996, p. 12). É desse período a defesa da amamentação “para proteger a vida dos filhos” e “manter a sexualidade da mulher a serviço da família” (COSTA, 1999, p. 263). Amas de leite e lavadeiras se tornam o espectro da doença. Nessa direção, campanhas de saúde, brigadas sanitárias e códigos municipais são instrumentos coercitivos para internalizar costumes modernos e ditos civilizados na população. Revestido de conteúdo moral e religioso, o discurso da medicina torna-se instrumento catalisador de diferentes inquietações, entre elas: “medo de mudanças, despejo, pestes, vacina e suas implicações — como a invasão de moradias, violação da privacidade, física e moral (SANTUCCI, 2008, p. 106).

As tensões entre patrões/patroas e criadas acirram-se nesse contexto, configurando o que o cronista João do Rio² denominou “a crise

2 Pseudônimo de João Paulo Alberto Coelho Barreto (1881-1921), consagrado como o cronista do Rio de Janeiro na *Belle Époque*. Jornalista e escritor de talento multifacetado, com obras que vão de reportagens e enquetes como *As religiões do Rio* (1904), *O momento literário* (1905), *Fados, canções e danças de Portugal* (1910) até contos, romances, peças teatrais e crônicas entre os quais destacam-se *Dentro da noite* (1910), *A profissão de Jaques Pedreira* (1911), *A alma encantadora da rua* (1908), *Cinematographo* (1909), entre muitas outras. Ver mais em Dossiê João do Rio: <http://labelleuerj.com.br/downloads/publicacoes/belle-epoque-critica-arte-e-cultura.pdf>

dos criados”. Como estratégia para mostrar aos leitores as exigências dos/as empregados/as, João do Rio começa a crônica apresentando uma carta de leitora relatando os tormentos das donas de casa e a dificuldade para conseguir criadas. Para o cronista “a crise” explica-se como “a vertigem do progresso de um povo jovem” que provoca anseios arrivistas de enriquecimento rápido e levam trabalhadores e trabalhadoras a terem uma relação precária, temporária e provisória com o emprego. “Nos países novos, o criado é criado de passagem. Amanhã o seu copeiro é dono de companhia, o seu cozinheiro tem um hotel, a sua criada de quarto é cocote”. O escritor culpa também “o sentimento de orgulho dos servos modernos. A dependência doméstica humilha-os, ofende-os” (RIO, 2006, p. 103). Tudo acentuado pela concorrência entre a mão de obra local e a recém-chegada de outros países ou “a fúria ambiciosa de imigrantes” que, segundo João do Rio, “eram bárbaros, rurais, ávidos de dinheiro, de gozo, de satisfações pessoais, ignorantes e querendo ganhar. Não faziam questão de profissão. Tudo lhes servia, menos, para a maioria, ir trabalhar na terra, voltar a ser o que era lá” (RIO, 2006, p. 101).

Depois de o cronista desqualificar a mão de obra de imigrantes, fica ao leitor ou leitora a questão relevante. Antes do arrivismo da Primeira República, quem eram os criados e as criadas encarregados/as do trabalho doméstico? Onde ficou essa população? João do Rio despreza a mão de obra negra (e, em boa parte, também indígena), escravos, e seus descendentes, pessoas livres, que forjaram o país com seu trabalho. Para o cronista carioca, negros são “inferiores”, “carne para prostíbulos, manicômios, sarjetas”.

E o problema ficou nitidamente traçado. De um lado os criados negros que a Abolição estragou dando-lhes a liberdade. Inferiores, alcoólicos, sem ambição, num país onde não é preciso trabalhar para viver, são torpemente carne para prostíbulos, manicômios, sarjetas, são o bagaço da canalha. De outro, os imigrantes, raças fortes, tendo saído dos respectivos países evidentemente com o

desejo sempre insatisfeito de enriquecer cada vez mais, e por consequência, transitórios sempre em diversas profissões. Como ter criados? Os negros não trabalham porque não precisam. Os brancos têm ambições demais, estão temporariamente na profissão de criados (RIO, 2006, p. 101).

João do Rio expõe desrespeito humano e histórico e integra-se a muitos discursos de seus contemporâneos. Tintas de cientificismo sustentam a institucionalização do racismo: ganha força a ideia de raça, argumento pretensamente de saber técnico para justificar exclusão, violência, degradação. A ciência, no começo do século XX, por meio da medicina, ganha estatuto de instrumento normalizador do Estado — o que não foi privilégio da realidade brasileira. Muitos intelectuais idealizaram projetos de nação, tendo a ciência e a técnica como aliadas na defesa do sanitarismo, eugenia e branqueamento como soluções para o país. A fala do cronista também demonstra a permanência da tradição que considera o trabalho doméstico como aquele que deve ter baixa remuneração, subserviência plena, sem direitos trabalhistas ou qualquer possibilidade de ascensão social, como melhor exemplo da herança escravocrata. É nesse ambiente tenso e vertiginoso que tentarão sobreviver Gabriela e seu filho, os personagens do conto de Lima Barreto.

O afilhado

O conto poderia ficar somente no relato da difícil convivência entre Laura, a patroa, e Gabriela, a criada. Depois de um mês “correndo a cidade”, Gabriela retorna ao trabalho por insistência da dona de casa. “Entre elas parecia que havia agora certo acordo íntimo, um quê de mútua proteção e simpatia” (BARRETO, 1956c, p. 212). Logo em seguida, a patroa se oferece para batizar o filho de Gabriela, já com quatro anos. O conselheiro, o patrão, decidiu o nome. O menino passou a se chamar Horácio, como se não tivesse nunca tido um nome por meio

do qual a mãe se dirigia a ele. Pouco tempo depois, a mãe do “taciturno, reservado e tímido” Horácio falece e o menino entra completamente na família do Conselheiro Calaça. Mas isso não lhe retira a taciturnidade; ao contrário, “fechava-se em si mesmo e nunca mais teve crises de alegria (BARRETO, 1956c, p. 213).

Horácio cresce entre as reprimendas severas do padrinho, “duro”, “desdenhoso”, “severo em demasia com o pequeno de quem não gostava” e a madrinha. Depois da morte da mãe, “não encontrara naquele mundo tão diferente, pessoa a quem se pudesse abandonar completamente, embora pela madrinha continuasse a manter uma respeitosa e distante amizade, raramente aproximada por uma carícia, por um afago” (BARRETO, 1956c, p. 213). Para o menino, em quem “a imaginação palpitava”, o mundo parecia “uma coisa dura”, cheia de arestas cortantes e um domingo ou outro, só ou com um amigo vagava pelas praias, pelos bondes ou pelos jardins. O Jardim Botânico era seu preferido. “Com que volúpia ele se via dissolvido na natureza, em seu estado de fragmentos, em átomos, sem sofrimentos, sem pensamento, sem lar” (BARRETO, 1956c, p. 217). Mas, apavorado com o possível aniquilamento, voltava a si, aos seus desejos, às suas preocupações. O narrador avisa: “Animava-o uma vontade de distinção, de reforçar a sua individualidade, que ele sentia muito diminuída pelas circunstâncias ambientes” (BARRETO, 1956c, p. 217).

Mas, foi numa festa de São João que Horácio sentiu o aprofundamento de sua dor e nós, leitores e leitoras, podemos acompanhar a maior densidade psicológica do personagem enquanto é preparado um desfecho que se mostra diverso, “insinuando uma espécie de ‘antidesfecho’ pela continuidade da situação imaginária e suspensão de um final demarcado” (PASSOS, 2018, p. 43).

Na referida festa, Horácio manteve-se “solitário, fugido como se sentia ser no ruído da vida” diante do barulho dos folguedos, do dançar sôfrego e contínuo, das tradicionais simpatias para prever o

futuro, típicas das festas juninas. Toda a agonia de seus sentimentos será apresentada em contrapontos de luz e escuridão.

Do seu canto escuro, via tudo mergulhado numa vaga semiluz. No céu negro, a luz pálida das estrelas; na cidade defronte, o réverbero da iluminação; luz, na fogueira votiva, nos balões ao alto, nos foguetes que espoucavam, nos fogaréus das proximidades e das distâncias — luzes contínuas, instantâneas, pálidas, fortes; e todas no conjunto pareciam representar um esforço enorme para espancar as trevas daquela noite de mistérios.

No seio daquela bruma iluminada, as formas das árvores boiavam como espectros; o murmúrio do mar tinha alguma coisa de penalizado diante do esforço dos homens e dos astros para clarear as trevas. Havia naquele instante, em todas as almas, um louco desejo de decifrar o mistério que nos cerca; e as fantasias trabalhavam para idear meios que nos fizessem comunicar com o ignorado, com o invisível. Pelos cantos sombrios da chácara pessoas deslizavam. Iam ao poço ver a sombra — sinal de que viveriam o ano; iam disputar galhos de arrua ao diabo; pelas janelas, deixavam copos com ovos partidos para que o sereno, no dia seguinte, trouxesse as mensagens do Futuro. (...).

Dolorosos foram os dias que se seguiram. O espírito sacolejou-lhe o corpo violentamente. Com afinco estudava, lia os compêndios; mas não compreendia, nada retinha. (...). Não encontrava solução, saída; a desordem das ideias e a incoerência das sensações não lhe podiam dar uma e cavavam-lhe a saúde. Tornou-se mais flébil, fatigava-se facilmente. Amanhecia cansado de dormir e dormia cansado de estar em vigília. Vivia irritado, raivoso, não sabia contra quem” (BARRETO, 1956c, p. 218- 219).

O espetáculo de luz e sombra permitiu ao personagem uma maior inclinação subjetiva diante das dimensões inquietantes da vida. É recorrente em Lima Barreto a estratégia de manifestação da vida interior por meio de imagens próprias do impressionismo literário. Imagens que sugerem o efeito de experiência sensorial imediata,

com o aprofundamento psicológico da personagem conferindo ao narrador a percepção restrita dos temas, o que projeta o leitor na mesma posição ou visão da personagem. Tanto quanto Horácio, o leitor ou leitora pouco conhece, até esse momento, das causas de seu sofrimento, a dimensão de sua dor.

– Horácio, você passe na casa do Guedes e traga-me a roupa que mandei consertar.

– Mandé outra pessoa buscar.

– O quê?

– Não trago.

– Ingrato! Era de esperar ...

E o menino ficou admirado diante de si mesmo, daquela saída de sua habitual timidez (BARRETO, 1956c, p. 219).

Pelo “atrevimento”, Horácio recebeu acolhimento na sensibilidade da madrinha que “viu-lhe o sofrimento de viver à parte, a transplantação violenta, a falta de simpatia, o princípio de ruptura que existia em sua alma, e que o fazia passar aos extremos das sensações e dos atos” (BARRETO, 1956c, p. 219). Apesar do apoio recebido, Horácio foi tomado por “um estranho sentimento de repulsa, de nojo por si mesmo” e tornou-se febril, caiu em enorme prostração e, de cama, tinha delírios com frases desconexas. “Homens negros... fogueiras... Um se estorce... Chi! Que coisa!...O meu pedaço dança...” (BARRETO, 1956c, p. 220). Um médico é chamado e dá o diagnóstico: “Não se assuste, minha senhora. É delírio febril, simplesmente. Dê-lhe o purgante, depois as cápsulas que, em breve, estará bom” (BARRETO, 1956c, p. 220).

O conto termina assim, sem uma resolução apaziguada. O final “põe em primeiro plano os problemas da expectativa e nos defronta com a presença de quem espera o relato” (PIGLIA, 2004, p. 100). Por isso afeta o leitor, perplexo, que se defronta abruptamente com várias

possibilidades de sentido. Teria sido o jovem subalterno castigado com a doença pelo atrevimento de retrucar ao padrinho? Ou, ainda, se o tema é o serviço doméstico, por que tratar do “filho da Gabriela”, a criada? Contudo, o que parece ser um desvio de finalidade significa um aprofundamento do tema. Isso porque Maria, Das Dores e Gabriela sobreviveram – e, depois, de alguma forma, padeceram – no embate duro e diário contra o patriarcado e seu perfil escravocrata travestido de benevolência. Suas vozes não foram ouvidas.

Mas e seus herdeiros diretos, aqueles que, por um fator de exceção, podem transitar entre dois mundos, por meio da educação ou da “adoção”? O que acontece a eles quando alcançam a conscientização da opressão? O conto permite aprofundar a temática porque “nesse universo em miniatura, vemos um acontecimento que se modifica e se transforma. O conto conta uma encruzilhada, uma passagem, é um experimento com o marco e com a noção de limite” (PIGLIA, 2004, p. 112).

No espaço doméstico repetem-se em menor esfera os princípios da colonização para a organização do poder. “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia” (FANON, 2008, p. 90). O jovem adotado descobre-se logo rejeitado por um mundo que aprendeu a assimilar na escola, nas amizades, na casa da família. E quando “esquece” o seu lugar ou quando deseja rejeitar a dependência como se fosse igual aos padrinhos e senhores, sente o peso enorme da inferiorização e da culpa. O jovem Horácio recebe um nome e uma identidade, a de “afilhado”. Aos poucos, aprende a perceber a irrealidade de muitas proposições nos discursos e ações do mundo que, ambigualmente, é seu por direito, mas também não o é. Então, o antidesfecho do conto de Lima Barreto permite pensar as questões existenciais e sociais inerentes ao sistema econômico-psicológico (FANON, 2008) que, desde a escravidão, perpassa a relação entre patrões/patroas e criados/as na cultura brasileira. A proximidade violenta, a distância que permite a definição de lugares de poder, a

casa que teme a ameaça da rua, o afeto dividido, a benevolência que significa controle, opressão e domínio. Nessa linha tênue e poderosa, ambígua, ter voz ou dizer não pressupõe um alto custo. O patriarcado branco que se considera benfeitor exige sempre a gratidão reconhecida e subserviente.

O conto abandona o leitor preso nessa linha tênue, fascinante e perigosa. Uma vez esclarecidas as causas de sua súbita doença, será a personagem capaz de escolher entre uma ação e a passividade acerca do verdadeiro conflito guardado dentro das estruturas sociais? Para Lima Barreto, deixar tal pergunta aos leitores é muito mais relevante. Proposta mais rica de possibilidades ou outra perspectiva para o que João do Rio chamou de “crise dos criados”. Nesse caso, crise de identidade, de reconhecer-se subalterno e desejar ter voz, ou na expressão do narrador “vontade de distinção, de reforçar a sua individualidade” (BARRETO, 1956c, p. 217). Doloroso processo que produz enorme dificuldade de interação e um isolamento insuportável, com o risco de desmoronar-se a estrutura psíquica em meio à vertigem do progresso.

A elaboração das personagens em *O filho da Gabriela* possibilita, ainda, a revisão do processo binário, dicotômico e hierárquico quando se refere a mulheres sob o patriarcado. Muitas vezes, a crítica feminista igualou as mulheres como se fossem todas brancas, burguesas e, quiçá, europeias. O texto literário de Lima Barreto alerta para a complexidade da organização cultural que projeta Eurídice e Lauras em lugares diferentes de Das Dores, Marias e Gabrielas. Há no conto ótima oportunidade de se compreender o sentido de interseccionalidade entre classe, gênero e raça (LUGONES, 2020), que vão agir sobre diferentes mulheres de formas distintas, conforme as posições que ocupam em cada situação.

Apesar de ligadas aos estereótipos do feminismo burguês, Eurídice e Laura também sofrem o peso e a força do patriarcado. As mulheres pobres, as criadas, as negras estão fora do raio estabelecido de femi-

nilidade burguesa, como a fragilidade, a pureza sexual e a passividade. Estão, ao contrário, sujeitas a uma exploração laboral profunda, seus corpos são considerados disponíveis aos desejos dos senhores. Sem os binarismos redutores, o conto de Lima Barreto ilumina a complexidade dessas questões. Nele, Laura, a patroa, torna-se cúmplice de uma dominação da qual deseja livrar-se, ao mesmo tempo em que, ao contrário do marido, consegue oferecer algum grau de empatia a Gabriela e Horácio. E o leitor tem acesso ao processo de reflexão crítica do afilhado acerca de sua condição e lugar social.

A partir do estudo, pesquisa e ficcionalização das tensões do serviço doméstico no Brasil, Lima Barreto traz a dor, a falta, a força, a resistência que habitam o coração da casa brasileira que sabe guardar, com a mesma intensidade, luz e sombra, benevolência e perversidade, alegria e tragicidade.

RECEBIDO: 10/01/2020 **APROVADO:** 15/06/2021

REFERÊNCIAS

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Vida urbana*, v. 11. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1956a.

_____. *Diário Íntimo*, v. 14. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1956b.

_____. O filho da Gabriela. *Clara dos Anjos*, v. 5. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1956c.

BATALHA, Martha. *A vida invisível de Eurídice Gusmão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas / Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FABRIS, Annateresa. *Fragmentos urbanos: representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HERSCHMANN, Micael. Entre a insalubridade e a ignorância. A construção do campo médico e do ideário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael; KROPE, Simone; NUNES, Clarice (Orgs.). *Missionários do progresso. Médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1996. p. 12-67.

IRMÃ gêmea de Madalena também viveu condições análogas à escravidão em MG. *Uol Notícias*. 27 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/12/27/irma-de-madalena-tambem-passou-por-condicoes-analogas-a-escravidao.htm> Acesso em 30 de dezembro de 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.

MULHER é libertada em MG após 38 anos vivendo em condições análogas à escravidão. *Globo.com*, 20 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/mulher-e-libertada-em-mg-apos-38-anos-vivendo-em-condicoes-analogas-a-escravidao.ghtml>. Acesso em 23 de dezembro de 2020.

MG: família usava pensão de R\$ 8 mil de mulher escravizada, dizem auditores. *Uol notícias*, 03 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/01/03/mpt-familia-manteve-mulher-escrava-e-usou-renda-dela-em-faculdade>. Acesso 03 de janeiro de 2021.

NEGREIROS, Carmem. *Lima Barreto em Quatro Tempos*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2019.

PASSOS, Cleusa. Um olhar crítico sobre o conto. *Literatura e Sociedade*, v. 23, n. 26, p. 37-55, dezembro 2018.

PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RIO, João do [João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto]. *Vida vertiginosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANTUCCI, Jane. *Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SIMAS, Luiz Antonio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

MINICURRÍCULO

Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo é professora associada da UERJ e bolsista CNPq e do programa Prociência FAPERJ/UERJ. Cientista do Nosso Estado (2021-2024). Doutora e mestre em Teoria Literária pela UFRJ. Possui artigos publicados sobre Lima Barreto e, entre os livros, destacam-se o volume *Lima Barreto, caminhos de criação* (em parceria com Ceila Ferreira, EDUSP, 2017) e *Lima Barreto em quatro tempos* (Relicário, 2019). Coordena o LABELLE- UERJ (Laboratório de estudos de literatura e cultura da Belle Époque).